



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006520-22.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Adimplemento e Extinção**
 Requerente: **VICTOR JONAS GERRERO**
 Requerido: **Rally Auto Posto de Taquaritinga Ltda e outro**

Vistos.

VICTOR JONAS GUERRERO ajuizou ação contra **RALLY AUTO POSTO TAQUARITINGA LTDA.**, dizendo-se devedor da importância de R\$ 245,00, correspondente a cheque emitido e não compensado, almejando a quitação da obrigação agora, mediante a consignação do valor devido, promovendo-se também a exclusão dos registros cadastrais.

A requerida ingressou nos autos e informou não ser titular do crédito.

A pedido do requerente, promoveu-se a citação da pessoa indicada como beneficiária do cheque, **STEVAN TRANSPORTES LTDA.**, a qual não contestou o pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor é devedor do valor atinente ao cheque, não há dúvida, e depositou em juízo o valor nominal, com os encargos decorrentes do atraso no pagamento, tendo então interesse jurídico e direito de livrar-se da obrigação, obtendo a quitação e também o cancelamento de anotações cadastrais em bancos de dados.

Ajuizou a ação contra quem figurou no cheque como beneficiário, deparando-se com a informação de que tal pessoa o recebera de outrem e devolveu o título em razão da falta de compensação. Não havia como o autor saber disso, o que justifica ter promovido a ação contra quem figurou como beneficiário. Bem por isso a falta de condenação em despesas processuais.

O verdadeiro credor também não sofrerá consequência processual, pois não embarçou o pagamento da dívida. Por outras palavras, o autor estava em mora e nem sequer tentou pagar a dívida para o credor, a quem sequer conhecia, segundo parece. Logo, seria injusto imputar ao credor as despesas do processo.

Diante do exposto, julgo extinto o processo no tocante a **RALLY AUTO POSTO TAQUARITINGA LTDA.**, com fundamento no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, respondendo as partes pelos honorários de seus patronos.

De outro lado, relativamente a **STEVAN TRANSPORTES LTDA.**, **acolho o pedido** e julgo extinta a obrigação do autor, no tocante ao pagamento do cheque referido, e libero para o credor o levantamento do valor. Expeça-se correspondência simples ao credor, dizendo que poderá indicar alguém para vir receber o valor ou declinar conta bancária para transferência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Autorizo a expedição de ofício a órgãos de proteção ao crédito, desde que previamente indicados pelo autor, para exclusão de apontamentos pertinentes a tal cheque.

P.R.I.

São Carlos, 12 de novembro de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**